

Ex-procurador defende “lava jato” e provável candidatura de Moro

Agora que está fora da alçada do Conselho Nacional do Ministério Público, o advogado e ex-procurador Carlos Fernando dos Santos Lima tem aproveitado para destilar veneno pela internet. Nesta sexta-feira (19/2), a revista *crusoé* publicou um artigo seu defendendo a "lava jato" e criticando a divulgação de conversas entre o ex-juiz Sergio Moro e integrantes do Ministério Público Federal em Curitiba.

Otavio Conci



Ex-procurador criticou divulgação de diálogos hackeados e defendeu "lava jato"
Otavio Conci

O inveterado defensor da "lava jato", que compôs a autointitulada "força-tarefa" de Curitiba, aponta nos outros condutas que marcaram a atuação do MPF em Curitiba: diz que há um grande complô envolvendo investigados, mídia e o presidente Jair Bolsonaro para "denegrir" Moro, fragilizando a possível candidatura do ex-magistrado em 2022.

"O objetivo é simples: criar um ambiente de justificação social para anulação do processo de Lula [...] Com isso, pretendem matar dois coelhos com uma cajadada só: recolocar Lula na disputa presidencial e denegrir Sergio Moro a ponto de justificar medidas contra ele — pois o medo de sua candidatura faz Bolsonaro, centrão e Lula unirem se contra ela", diz.

Ao defender o seu ponto, Carlos Fernando repisa a fórmula lavajatista de susperestimar a importância de supostos crimes de corrupção para forçar um desgaste do meio político e montar um cenário de devastação, para então apresentar a si mesmo e aos seus (no caso, o então juiz-compadre Sergio Moro) como os salvadores da pátria.

Ele tenta criar um cenário catastrófico em que o combate à corrupção vai acabar. "Iremos caminhar para a aprovação de leis que vão permitir a apropriação pelos políticos de fatia cada vez maior do dinheiro público, seja para seus projetos pequenos e provincianos, na melhor hipótese; seja simplesmente para seus bolsos, como tanto foi revelado pela operação 'lava jato'."

"Irão anistiar crimes por eles mesmos cometidos, ampliar os fundos eleitorais e partidários, dificultar investigações de corrupção, derrubar a Lei da Ficha Limpa e de Lavagem de Dinheiro e tornar ainda



mais ineficiente a Justiça Eleitoral. Iremos regredir 50 anos em 5, parodiando Juscelino", diz o ex-procurador, se arrogando ares de profeta do apocalipse.

Ele mostra que ainda não conseguiu elaborar suas obsessões da época de procurador: os trechos mais virulentos do artigo são os que ele ataca o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (que, ao lado de Toffoli, seria o ministro que ["todo mundo quer pegar"](#) e um dos [alvos preferenciais](#) dos procuradores, que rotineiramente [se "esqueciam"](#) que não podiam investigar ministros).

Diz Carlos Fernando que o ministro "balbucia palavras raivosas e cospe ódio contra as investigações de corrupção". Em seguida, se põe a balbuciar palavras raivosas e a cuspir ódio contra o ministro que defende a legalidade do processo: "Quando vejo a abominação que se tornou sua figura, sua sanha insultuosa contra Sergio Moro e sua gana persecutória vexaminosa contra a 'lava jato', sei que esta investigação estava do lado certo."

Gastão e falador

A especialidade do procurador Carlos Fernando dos Santos Lima na chamada "lava jato" era fabricar notinhas para desmoralizar juízes que poderiam atrapalhar as investidas descabeladas do consórcio de Curitiba. Ele era o mais ativo "vazador" do grupo, o que lhe rendeu o apelido de "CFleaks", dado por Deltan Dallagnol — em alusão ao site wikileaks, criado por Julian Assange para vaziar documentos oficiais.

Foi ele, por exemplo, que [orquestrou o cerco](#) ao ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, que assumiria a relatoria dos casos de Curitiba no STJ. O bombardeio contra o Dantas foi tão cerrado que o ministro [desistiu do papel](#), o que deu a missão a Félix Fischer, como o grupo de Curitiba queria.

Outro cerco cujos resultados Carlos Fernando festejou foi o do desembargador do TRF da 2ª Região, Antonio Ivan Athié, que concedera Habeas Corpus a réus da apelidada "lava jato" do Rio de Janeiro e se recolheu diante do fuzilamento de Curitiba.

Outra proeza de Carlos Fernando foi sua habilidade para [receber diárias do MPF](#) reservadas a quem trabalha fora da base. Embora residisse em Curitiba, ele faturava as diárias como se vivesse em São Paulo. Lotado como procurador em Curitiba, foi promovido a Regional em São Paulo (PRR/3), onde nunca fixou residência. Com a instauração do teletrabalho, comparecia à capital paulista, eventualmente, em poucas sessões do TRF da 3ª Região.

Ele também já [tomou bronca](#) do Conselho Nacional do Ministério Público. Em janeiro de 2018 o CNMP recomendou que o então procurador deixasse de expressar opiniões sobre políticos, partidos e investigados pela operação. O objetivo era o de preservar "a integridade, a solidez, a isenção e a credibilidade com valores" de integrantes do MP.

Santos Lima se aposentou aos 55 anos do posto de procurador, que ocupava desde 1995. Ao deixar o Ministério Público, assim como fez Moro ao sair do Ministério da Justiça, [foi atuar na área de compliance](#).

Autores: Redação ConJur